Tobias Barreto: mestiçagem e sociologia no Brasil do século XIX

IVAN FONTES BARBOSA
Universidade Federal da Paraíba

Resumo:

O último quartel do século XIX ainda estava sob a vigência das teorias raciais que, respeitadas as especificidades, convergiam para um conjunto de pressuposições que atestavam a suposta inferioridade congênita de certos povos e a seu predestinado malogro. Substanciais estudos sobre o pensamento social brasileiro deste momento são unânimes em atestar a hegemonia destas teorias, seu fundamental papel na circunscrição da nação brasileira e seus correlatos usos ideológicos. Atestam que havia uma espécie de silêncio existencialmente condicionado que omitia a escravidão e a crítica às teorias raciais da agenda dos debates teóricos de então. Embora ensejem não ter havido significativa tensão, sugiro que o início da valorização do papel do mestiço e seu papel na formação da identidade nacional, aliado às possibilidades objetivas que se apresentavam à integração do mestiço às instituições intelectuais brasileiras, proporcionaram uma fratura que permitiu o surgimento de reflexões que desmereciam o peso da natureza e da raça na explicação das configurações sociais. O objetivo deste trabalho é indicar como essa quebra instruiu a singular reflexão de Tobias Barreto acerca da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Tobias Barreto; sociologia; mestiçagem

Introdução

No século XIX o mestiço brasileiro foi um dado relevante para a verificação da falta de plausibilidade das perspectivas sociológicas que nutriam a percepção de que as dimensões biológicas e mesológicas eram elementos determinantes do avanço ou do retardo dos povos e raças no curso da hegemônica ideia de evolução. De forma ambígua, o mestiço apareceu primeiramente como sintoma de que o insucesso desses povos estaria inscrito em sua constituição anatômica e fisiológica e posteriormente como esperança de que essa dimensão não obstasse o desenvolvimento.

Significativa parcela da sociologia recepcionada e reelaborada no Brasil neste momento foi selecionada para pensar a nação e legitimar os iníquos processos que marcavam a sua constituição. Era uma sociologia que buscava entrever no curso natural da história a saída do Brasil da minoridade e perceber a singularidade da sua formação. O papel do mestiço e das circunstâncias de sua inserção na sociedade brasileira foram sociologicamente relevantes para pensar as dimensões não teóricas da figuração de um estilo de sociologia que emergia contra as teorias raciais vigentes. Tobias Barreto ilustra como o debate sobre o mestiço e suas tímidas possibilidades dentro do contexto de um singular regime escravocrata, opera a seleção de uma perspectiva sociológica que respalda a dissociação da

relação entre cultura e natureza e aponta com isso, a importância da educação como vetor no processo de equalização das possibilidades de aprimoramento dos seres humanos.

Início o texto tecendo ligeiras considerações acerca da predominância das abordagens racistas e naturalísticas no entendimento da sociedade brasileira e na delimitação de seus singulares atributos enquanto nação. Em seguida indico como as imagens da mestiçagem e a tímida mobilidade existente abriram espaço para que insurgisse a singularidade da percepção sociológica da mestiçagem operada por Tobias Barreto. Encerro indicando como ele orquestrou a seleção de sugestões teóricas para entender o papel da cultura e das instituições sociais e sua responsabilidade na orquestração do desenvolvimento.

Mestiçagem e Sociedade no Brasil do Século XIX

A tentativa de construção de uma reflexão abarcasse o entendimento das especificidades e do lugar da sociedade brasileira dos novecentos ante o contexto do avanço das sociedades ocidentais, foi o mote que orientou a recepção das perspectivas sociológicas e os seus usos na busca da construção da identidade nacional. No âmbito das primeiras reflexões sociológicas sobre o Brasil, preponderavam as diretrizes evolucionistas e as teorias raciais e deterministas. Havia um espectro de percepções que alastravam as dimensões naturalistas nas explicações dos fenômenos sociais e do destino da sociedade nacional.

A sociologia recepcionada no Brasil, segundo Oracy Nogueira (1978) e Roberto Da Matta (1981), atendia há um anseio de apaziguamento dos ânimos no que toca o entendimento do que éramos e o que estava reservado para nós no transcurso histórico. Consoante Lilia Schwarcz (1993) a sociologia que chega ao país no final do século não é tanto uma ciência do tipo experimental. O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação.

Conforme Thomas Skidmore a questão racial e o determinismo climático, eram objeto de aberta discussão na Europa. Os europeus ofertavam termos poucos lisonjeiros à América latina e ao Brasil, principalmente, por causa de sua vasta influência africana. Poucos dos autores brasileiros teriam vertido esforços concretos ou dedicaram parte de seus vigores teóricos e interpretativos para tentar dissecar e minar essas perspectivas. Até a abolição da escravidão pouca atenção teórica e política fora dada a questão racial enquanto fenômeno social. "Preferiram comodamente concentra-se na reforma pura e simples das instituições e da lei" (Skidmore 1976:12-13). Acreditavam que só as mudanças de ordem institucional seriam capazes de por o Brasil no caminho do progresso.

De acordo com Dante Moreira Leite (2002:39) o racismo científico teve grande prestígio neste período por apresentar-se como fórmula usada para legitimar e justificar o domínio branco sobre o resto do mundo, uma vez que ao se basear na teoria evolucionista de Darwin, os europeus teriam evoluído para um estágio superior às demais civilizações e, portanto, possuiriam o direito de se impor as

raças inferiores.

Estes estudos sobre a sociologia no século XIX no Brasil atestam a hegemonia das teorias raciais e seu fundamental papel na circunscrição da nação brasileira e seus correlatos usos ideológicos. Ensejam que havia um silêncio existencialmente condicionado que omitia a crítica à teoria racial da agenda dos debates de então. Acredito que o início da valorização do papel do mestiço e seu papel na formação da identidade nacional, aliado às possibilidades objetivas que se apresentavam à integração do mestiço às instituições intelectuais brasileiras, geraram uma fratura que possibilitou o surgimento de reflexões que desmereciam o peso da natureza e da raça na explicação das configurações sociais.

O exemplo emblemático do debate sobre mestiçagem e da sua contribuição para a demarcação da identidade nacional brasileira é conduzido pelo conterrâneo e amigo de Tobias Barreto, Silvio Romero. Conhecido como iniciador da crítica literária no Brasil tinha como preocupação captar os fundamentos da literatura brasileira do ponto de vista naturalista. Conceitos como os de raça, meio, evolução histórica foram utilizados como referência para pensar o Brasil. O seu testemunho demarca sua ênfase na abordagem sociológica dos fenômenos literários e culturais. Naquele momento (as décadas de 70 e 80) admite ter deixado de perceber:

[...] em tais criações – as obras literárias – a obra do acaso, do capricho ou das imposições de um poder estranho qualquer. Eram estas últimas presumidas manifestações da metafísica do absoluto em tal ordem de assuntos. É que chegou definitivamente a estabelecer que a literatura é apenas um ramo das criações artísticas, a arte da palavra escrita ou falada, que como toda arte, não passa de um capítulo da sociologia, qual acontece à religião, à moral, ao direito, à política, à ciência, à indústria. Ora, o fundamento de toda a sociologia, a sua condição primordial vem a ser terra e gente, o meio e a população (Romero, 2002:23).

Segundo Silvio Romero a literatura romântica e indianista brasileiras eram reflexos de uma imitação, uma vez que desmereciam o componente negro e mestiço no processo de inspiração de obras e fenômenos culturais que manifestavam a autenticidade da situação nacional. Declarava que possuíamos como realidade modeladora da nossa excentricidade e singularidade não estava no português, muito menos no índio ou no africano. Essa realidade, apreendida em função de fatores biossociológicos, é o mestiço.

Criticando a negligência aos estudos que percebessem a importância do negro e do mestiço na formação da literatura e da sociedade brasileiras, afirma:

Muita estranheza causaram em várias rodas nacionais o haverem esta História da Literatura e os Estudos sobre a poesia popular brasileira reclamando contra o olvido proposital feito nas letras nacionais a respeito do contingente africano e protestando contra a injustiça daí originada. Ninguém jamais quis sabê-lo, em obediência ao prejuízo de cor, com medo de, mostrando simpatia em qualquer grau por esse imenso elemento da nossa população, passar por descendentes de raça africana, de passar por mestiço! Eis a verdade nua e crua. É preciso acabar isto: é mister deixar de temer preconceitos, deixar de mentir e restabelecer os negros no quinhão que lhe tiramos: o lugar que a eles compete, sem menor sombra de favor, em tudo que tem sido, em quatro séculos, praticado no Brasil (Romero, 2002: 234).

A miscigenação, neste sentido, atuou como vetor para que os intelectuais brasileiros pensassem a identidade nacional brasileira e, com isso, possibilitou que alguns segmentos galgassem legitimidade e participassem da parca mobilidade social existente. Esta questão implicava, na sociedade brasileira, uma realidade que já era notada pela existência de alguns mestiços ocupando posições de prestígio e destaque. Tratava-se de um fenômeno definido por Sylvio Rabelo como um processo de aristocratização pela inteligência. Para este autor, a miscigenação atuou diretamente na formação dos paradoxos de Tobias Barreto.

É possível ainda que seu problema social – a sua inferioridade de origem – tivesse perturbado a espontaneidade do artista; que a ascensão do homem humilde de Campos a condição de professor da FDR tivesse absorvido o que de melhor existia nele como personalidade – a sua força nativa [...] conquistou o título de doutor, o casamento em família burguesa, a cadeira de professor, a fama de gênio (Rabelo, 1967:14).

Conforme Gilberto Freire, percussor da interpretação de Silvio Romero, a mestiçagem foi um dado fundamental na constituição da sociedade brasileira o Bacharel e o Mulato (muitas vezes reunidos na mesma pessoa) foram as duas grandes forças novas e triunfantes no Brasil do século XIX. Foram eles os elementos dinâmicos dos novecentos.

Entre esses duros antagonismos é que agiu sempre de maneira poderosa, no sentido de amolecê-los, o elemento socialmente mais plástico e em certo sentido mais dinâmico, da nossa formação: o mulato. Principalmente o mulato valorizado pela cultura intelectual ou técnica (Freire, 2000:601).

Eram momentos situados no contexto do declínio e esmorecimento do patriarcado rural no Brasil, conforme aduzi Gilberto Freire em *Sobrados e Mocambos*. Houve uma paulatina e gradual “transferência de poder, ou de soma considerável de poder, da aristocracia rural, quase sempre branca, não só para o burguês intelectual – o bacharel ou doutor às vezes mulato – como para o militar – o bacharel da escola militar e da escola politécnica, em vários casos negroides” (Freire, 2000:1226).

A questão da relação entre a pulsão intelectual do mulato e seu reconhecimento é algo presente no século XIX. A importância e a valorização obtida pela cultura intelectual ou técnica do mulato ou do elemento mestiço era um dado relevante. Era mestiço também Machado de Assis, autor que, curiosamente, pela vertente da criação artística literária, encetou uma irônica e sagaz crítica às dimensões políticas e inverossímeis do saber científico e suas feições em terrenos não ocidentais.

Ocorre que dentro de uma sociedade escravocrata que reconhecia o mestiço e possibilitava a sua mobilidade por intermédio de credenciais intelectuais, não era inexpressivo o número dos que enveredavam pela via intelectual como forma de negociar certas formas de reconhecimento e mobilidade. Segundo Gilberto Freire o mulato que vinha “desabrochando em padre, em doutor, em bacharel, possuidor

do diploma acadêmico ou o título de capitão de milícias (que acabava servindo-lhe de carta de branquidade) que iria dinamizar a sociedade brasileira no século XIX" (Freire, 2000a: 335). Eles seriam a meia-raça a fazer de classe média, tão débil dentro do nosso sistema patriarcal.

Desde o últimos tempos coloniais que o bacharel e o mulato vinham se constituindo elemento de diferenciação dentro de uma sociedade rural e patriarcal que procurava integrar-se pelo equilíbrio, e mais do que isso, pelos que os sociólogos modernos chamam de acomodação, entre dois grandes antagonismos: o senhor e o escravo. (Freire, 2000a:601).

A opinião de Nelson Saldanha endossa nossa suspeição ao afirmar que, no caso de Tobias Barreto,

[...] o padrão mestiço existente na sociedade permitiu-lhe subir na hierarquia social, vindo a ser professor da Faculdade, condição que no tempo correspondia a um status de enorme prestígio. Mas teve-se que haver com um mundo de antipatias e reações por conta de seus caracteres somáticos (Saldanha, 1997:08).

Thomas Skidmore conclui que os homens livres de cor tiveram importante papel no Brasil muito antes da abolição. Havia conseguido atingir considerável mobilidade ocupacional enquanto a escravidão era dominante no país. Tais oportunidades econômicas e sociais – abertas a homens livres de cor dão prova de que o padrão multirracial da categorização racial estava firmemente estabelecido muito antes de 1888 (Skidmore, 1976: 60).

Pensamos que é no bojo destas situações que estão alojadas as certezas e plausibilidades da proposta sociológica que parte da natureza social das construções intelectuais. A chave para a compreensão dos estilos de pensamento, como assevera Karl Mannheim (1963, 1986), estão situadas nas disputas políticas e no conjunto de interesses que perpassam a formatação de tais estilos. A seleção operada por Tobias Barreto, que culminou numa reflexão sobre a natureza da cultura e dos limites das teorias raciais, pode e deve ser rastreada a partir do universo externo ao debate puramente intelectual e teórico.

A fratura ocorreu a partir desse duplo condicionamento. De um lado estava a restrita possibilidade fornecida ao mestiço de galgar um precário, porém inclusivo status. De outro se encontrava as inúmeras possibilidades de seleção de autores e pressuposições teóricas num momento marcado pelo autodidatismo. A mobilidade não se dava de forma tranquila. A afirmação de certas ideias era um embate a estas resistências. Tratava-se de uma circunstância caracterizada por uma tensão intermitente entre o consagrado e o verossímil. A resposta a toda a esta sorte de questões se deu em torno da opção mais contundente e sintonizada com os interesses de uma demanda que rondava aquele contexto, ou seja, a de entender o mestiço brasileiro e legitimar seu recorrente destaque no âmbito da vida cultural brasileira.

Essa hipótese, no caso de Tobias Barreto, é ilustrada quando percebemos que o cerne da relação crítica com as teorias raciais, se manifesta na sua admiração

assumida e incontestada da cultura alemã. A sua relação com os alemães é um capítulo importante de sua biografia e demarca um momento importante de sua clivagem intelectual. Quase que de forma quixotesca ele escrevia e publicava artigos e jornais nessa língua no município de Escada, interior de Pernambuco, além de julgar-se fiel defensor de suas ideias. Para Tobias Barreto a “Alemanha ensina a pensar e a França a escrever” (Barreto, 1962: 283). Em outro momento afirmava dever aos “alemães um pouco de gratidão, por haverem eles indiretamente, com maior robustez dos seus argumentos e a maior profundidade de suas indagações, melhor assentado a insustentabilidade do positivismo e, sobretudo, a inanidade da sociologia” (Barreto, 1962:245-246).

[...] a minha germanomania não é de todo um fenômeno psiquiátrico, pois que se baseia em muito boas razões [...] os pensadores alemães, em quase todos os domínios da inteligência, andam dez anos, pelo menos, adiante dos franceses (Barreto, 1962:201).

Tobias Barreto estava imerso num contexto marcado pelo declínio da sociedade patriarcal e da emergência dos modos de vida modernos e estas tensões se manifestaram nas opções teóricas que escolheu para efetuar a crítica às pressuposições naturalísticas. Gilberto Freire, a respeito deste autor, indica que:

[...] seu próprio alemanismo talvez tenha sido, conforme antiga sugestão nossa ao professor Roger Bastide, que a vem considerando sociologicamente válida, como vingança ou desforço do brasileiro negróide contra aqueles outros brasileiros que, sendo brancos, o eram apenas pela sua condição étnica de neolatinos, de neo-mediterrâneos, de neo-hispanos, faltando-lhes a perfeita arianidade que era a nórdica, particularmente a germânica; e com esta é que ele, Tobias, estava identificado pelo espírito; pela cultura; pelo intelecto; e de tal maneira que sua condição étnica afro-brasileiro ele talvez a considerasse superada pela intelectual ou cultural, de homem impregnado, da cabeça até quase aos pés, de alemanismo jurídico, filosófico, literário. Sob essa convicção, não poderia nunca tornar-se um abolicionista, semelhante ao neolatino Joaquim Nabuco (Freire, 2000a:444).

Para Gláucio Veiga:

No fundo, os artigos de Tobias Barreto eram espetaculares legítimas defesas do mulato – mulato e pobre – mulato pela primeira vez se apresentando para invadir o espaço da branca congregação da faculdade, hospedando o barão Camaragibe, o visconde de Bom Conselho e uma série de conselheiros (Veiga, 1989:18).

O momento que demarca o início da crítica que Tobias Barreto de Menezes faz a sociologia e sua dimensão naturalista vai de 1879 a 1887. Autores como Miguel Reale (1973, 1990), Antônio Paim (1966, 1967), Vamireh Chacon (1969, 2008), Pinto Ferreira (1969) consideram que a contribuição fundamental de Tobias Barreto foi a de ter trazido para o cenário filosófico brasileiro, o debate inaugurado por Immanuel Kant. Ele indicou as debilidades e fragilidade das doutrinas e perspectivas que estavam assentadas na suposição que a natureza cultural dos fenômenos estivesse sujeita a certos tipos de determinismos e aprisionada a dimensões involuntárias. Ele operou uma seleção que culminou

numa crítica à sociologia positivista, partindo da apropriação de uma perspectiva teórica que se coadunava com a necessidade de atendimento das demandas que se impunham a afirmação de seus interesses. Isso implica compreendermos que na busca aleatória e assistemática de autores e ideias, as afinidades afetivas e existenciais são critérios legítimos para serem levados em consideração enquanto balizas para o entendimento da recepção e rejeição de determinadas pressuposições no campo intelectual.

A geração de 1870 da Faculdade de Direito do Recife e as percussoras gerações foram partidárias do evolucionismo naturalista. Grosso modo, consoante a atenta constatação de Oracy Nogueira, os intelectuais do Império eram ambivalentes e marcados pela rubrica da perplexidade que experimentavam ao observar o contexto em que estavam inseridos. Olhavam o Brasil com os olhos das perspectivas racistas e imperialistas europeias (Nogueira, 1978, 185). Esse olhar, inevitavelmente implicava a exacerbação dos aspectos negativos da sociedade brasileira. Em contrapartida, não conseguiam romper com os laços afetivos que os prendiam a esta sociedade.

José Murilo de Carvalho (1980) conceitua essa circunstância, que limita e compromete o processo de ideação, de dialética da ambiguidade. Ela denota o fato de que naquele momento o emprego público era indicado e constituía a principal alternativa para os enjeitados do latifúndio escravista, ao mesmo tempo que tolhia e limitava a crítica e o protesto contra este mesmo latifúndio. Emília Viotti da Costa aponta que os intelectuais estavam presos a uma ambígua rede de relações de dependência para com o estamento.

[...] a ambiguidade em que se debate esse tipo de intelectual fica evidente numa atitude de Tobias Barreto que, numa cidadezinha perdida no interior do Brasil, publicava em alemão um jornal que certamente não encontrava leitores, e fazia discursos [...] atacando as oligarquias rurais numa área controlada essencialmente por elas, diante de um público perplexo, senão atônito (Costa, 1999:262-263).

Acreditamos que é no interior dos interesses, inseguranças e incertezas que abarcavam o horizonte das sensibilidades intelectuais destes atores que podemos explorar as razões para a emergência da crítica de Tobias Barreto à sociologia a partir de sua opção antirracista. Ele reage, imerso numa atmosfera temerária e inquietante, a sentença teórica condenatória que via o mulato como elemento social congenitamente inferior. Combate ambigualmente às teorias que advogam a dimensão natural das desigualdades sociais. A sua feição vistosamente marcada por sua filiação africana não poderia sacrificar a validade de seus argumentos e ideias. As rejeições parciais de percepções evolucionistas e raciais traduziam um dispositivo que possibilitava afirmar-se enquanto igual – e, além de tudo, ímpar, singular, distinto – e envergar as rudes dimensões ideológicas e sociais que o condenava, necessariamente, a um reconhecimento precário.

Sociologia, Mestiçagem e Educação no pensamento de Tobias Barreto

Neste cenário, pouco propício às dissidências, emerge uma sublevação que iria

solitariamente advogar contra as sentenças teóricas condenatórias da nascente sociologia e de seu uso na interpretação do Brasil e de suas intempéries. Qual o efeito das indicações arroladas acerca da biografia de Tobias Barreto na silhueta de suas reflexões sobre a sociedade, a educação e suas relações?

Tobias Barreto (1839-1889) foi um temperamental mulato sergipano formado pela Faculdade de Direito do Recife. Notabilizando-se por um apego muitas vezes considerado exagerado e chistoso à cultura germânica, conseguiu, em detrimento de tantas limitações, edificar uma esquecida, porém curiosa e singular, crítica à voracidade da razão positivista e de seu ímpeto de reduzir o universo da cultura a dimensões naturalísticas.

Antônio Candido indica a posição de Tobias Barreto dentro do contexto da história da sociologia brasileira.

[...] O primeiro escrito teórico de certo vulto sobre a matéria (deixando de lado as repetições automáticas dos positivistas) foi possivelmente devido a Tobias Barreto e obedeceu, vale mencionar, a um critério negativista. São as Glosas heterodoxas a um dos motes do dia ou variações anti-sociológicas, onde contesta, com a vivacidade costumeira, a validade e a autonomia de nossa disciplina (Candido, 1960:2107).

Os momentos preliminares de sua contenda com a sociologia precedem as Glosas. Estão inscritos nos discursos pronunciados em 1879 enquanto deputado e na dissertação elaborada para concurso para lente da Faculdade de Direito do Recife (FDR) em 1882. São escritos que indicam como se dava a recepção e reelaboração da reflexão sociológica no Brasil do século XIX. O que desperta o interesse é que ao negar e restringir a possibilidade da sociologia, ele fez mediante argumentos e preocupações que estavam presentes nos neo-kantianos e, dedutivamente e isoladamente, encetou um dos debates mais instigantes desta disciplina no transcurso da transição do século XIX para o XX.

O início desta ventura deu-se com o discurso intitulado *A Educação da Mulher*, proferido em 22 de março de 1879 na assembleia provincial, quando era deputado estadual pelo Partido Liberal. Versava sobre a defesa do projeto 61/1879 que propunha um auxílio, a ser dado pelo governo da província, para que uma jovem pudesse estudar medicina nos Estados Unidos ou na Suíça. No polo diametralmente oposto ao de Tobias Barreto estava o médico e também deputado Malaquias Antônio Gonçalves.

O contorno deste debate tem início com fala de Tobias Barreto que indica o reconhecimento da dimensão social da relação desigual entre homens e mulheres, ao criticar a posição do Deputado Malaquias Antônio Gonçalves que advogava que a mulher estaria condenada por natureza a incapacidade e ao atraso mental.

[...] seria um pecado imperdoável contra o santo espírito do progresso, de um crime da lesa-civilização, da lesa-ciência [...] o de ficar aqui decidido, barbaramente decidido e assentado, que a mulher não tem capacidade para os misteres científicos, para os misteres que demanda uma alta cultura intelectual (Barreto, 1962:60-61).

Tendo como referência as premissas da fisiologia humana em voga, o referido

Deputado pretendia demonstrar a inferioridade da mulher e atestar a sua dependência perpétua em relação ao homem, sobretudo, imputando às mulheres a condição de inaptas os estudos sérios. Tudo isto inscrito, como supunha, no próprio cérebro feminino. A questão da inferioridade da mulher era medida pelo peso do cérebro:

O maior peso do cérebro é por si só uma prova de maior desenvolvimento? [...] como explicar o fenômeno: o cérebro de Byron, por exemplo, pesou 2.238g, e o de Dupuytren 1436g, um peso tal que oferece para com o primeiro uma diferença de 802g. ora, uma diferença tamanha no peso do cérebro deveria corresponder uma notável diferença intelectual entre os dois espíritos [...] mas isto não diz tudo [...] na pergunta que vou fazer, está a morte da teoria que combato: eis aqui o que vai mata-la: qual o peso normal do cérebro humano? Responde Malaquias: Há uma média. Uma média não é um peso normal. Peço ao nobre deputado que me dê o peso certo e determinado (Apud, Barreto, 1962:72).

Para contrariar esses argumentos Tobias Barreto cita autoridades em medicina, principalmente alemãs, atestando a plena aptidão da mulher para o aprendizado e para o ofício. Invoca como exemplo a russa Nadeschda Suslowa, a primeira mulher a ser consagrada médica na universidade de Zurich em 1867 (Barreto, 1962:66-71).

Para Tobias Barreto não havia exagero algum em pensar a emancipação da mulher. Essa é uma das questões do nosso tempo, ressaltava. É um dos mais sérios assuntos da época, em toda a sua complexidade, e pode ser tratado sob três pontos de vistas distintos: o político, o civil e o social.

Quanto ao primeiro, a emancipação política da mulher, confesso que ainda não julgo precisa, eu não a quero por ora. Sou relativista: atendo muito às condições de tempo e de lugar. Não havemos mister, ao menos em nosso estado atual, de fazer deputadas ou presidentas da província. (exclama um deputado: o Sr. é oportunista) (Barreto, 1962:75).

Do ponto de vista civil argumenta ser necessário emancipar a mulher do jugo de velhos prejuízos, legalmente consagrados. O diagnóstico era de que as relações da família ainda eram dominadas e modeladas pelo influxo direto dos princípios bíblicos da sujeição feminina.

Tobias Barreto: A mulher ainda vive sob o poder absoluto do homem. Ela não tem, como deveria ter, um direito igual ao do marido, por exemplo, na educação dos filhos; curva-se como escrava à soberania da vontade marital. Essas relações deveriam ser reguladas por um modo mais suave, mais adequado à civilização.

O Sr. Clodoaldo: com igualdade absoluta dos direitos é impossível família. Não compreendo a sociedade conjugal sem uma autoridade.

Tobias Barreto retruca: esta autoridade estaria na lei. O que eu desejava, pois, era que a lei regulasse as relações de família de tal maneira, que não pudesse aparecer nem a anarquia nem o despotismo.

O Sr. Clodoaldo: e é o que temos.

Perdão, diz Tobias Barreto, nos temos o despotismo na família.

Sr. Clodoaldo: não apoiado. [Malaquias retruca – perdão: estou nos braços da ciência].

Tobias Barreto exclama – engana-se; está com o catolicismo, está com São Paulo, está com

os santos padres, que tinham dúvida sobre a alma racional da mulher, como hoje se dúvida do seu cérebro.

O deputado Gervásio Campelo interpela – então está salvo (Barreto, 1962:75-78).

Afirmar que a mulher não tem competência para os altos estudos científicos é além de um erro histórico, um atentado contra a verdade dos fatos, assevera Tobias Barreto. Ocorre que a partir do momento que a noção de cultura passou a ser percebida por Tobias Barreto como uma construção artificial utilizada no combate das intempéries impostas à condição humana, emerge a possibilidade de identificação no universo das relações sociais, a chave para compreensão dessa desigualdade. Para Tobias Barreto a mulher não teve no transcurso histórico, uma educação suficiente e dessa mesma falta de educação tem resultado para o sexo um tal ou qual acanhamento, e é isso que faz com que cheguem ao ponto de supor que ela não é suscetível de cultivar-se e ilustrar-se da mesma forma que o homem (Barreto, 1962:81).

A procura de um maior ou menor grau de desenvolvimento entre os sexos deve levar em consideração a educação incompleta, a cultura escassa da mulher. Até hoje educação só e só para a vida íntima, para a vida da família, ela chegou ao estado de parecer que é esta a única missão, que nasceu exclusivamente para isto. E tal é a ilusão, em que laboramos: tomando por efeito da natureza o que é simplesmente um efeito da sociedade, negamos ao belo sexo a posse de predicados que alias, ele tem de comum com o sexo masculino (Barreto, 1962:82).

Já existe, nesse momento, um creditável argumento que notadamente foi de encontro a algumas das pressuposições vigentes que legitimavam e explicavam as questões de gênero a partir do prisma naturalístico. A ossatura dessas pressuposições, que culminará na crítica à sociologia, será edificada e consolidada em seus escritos subsequentes.

Segundo a delimitação de Antônio Paim (1966) e Paulo Mercadante (1990, 2006) o ano de 1882 marca, na trajetória das inquietações teóricas de Tobias Barreto, o início do ciclo de adesão ao Neokantismo. Embora a relação com o pensamento alemão tenha vindo de antes, foi somente a partir do concurso realizado neste ano que ele manifestou abertamente sua posição anti-sociológica.

A indagação apresentada pela congregação da Faculdade de Direito do Recife fora a seguinte: “conforma-se com os princípios da ciência social a doutrina dos direitos naturais e originários do homem?” Essa pergunta foi respondida tendo como referência a pressuposição teórica que acenava para o fato de que o fenômeno jurídico deveria ser compreendido como construção cultural humana. Conforme Tobias Barreto a concepção de um direito superior e anterior à sociedade é uma extravagância da razão humana, que não pode se justificar. O homem é um ser histórico. Acreditava que um direito natural e não relativizado seria impensável. O direito oscila e varia no espaço e no tempo. "A etnologia nos mostra que as diferenciações que produzem raças, trazem diferenças nos costumes, nas leis, nas instituições das mesmas raças, e história confirma essa asserção" (Barreto, 1977:285).

A educação, a Arte, a Ciência, a Religião e o Direito, assim como outras instituições humanas, eram produtos da cultura humana. “Os direitos considerados como naturais e inalienáveis, tais como a vida, a propriedade, à liberdade nunca existiram fora da sociedade; foi esta que os instituiu e os consagrou” (Barreto, 1977: 286). O Direito, incorporando a reflexão de Rudolph Von Jhering (2001), é definido como um complexo de condições existenciais da sociedade, asseguradas por um poder público. Como esse poder público que garante os direitos não é natural, pois é criado pelo homem, nenhum direito pode preexistir a ele.

A teoria de semelhantes direitos não é somente inarmonizável com os referidos pressupostos, mas até sucede que a sua permanência é um obstáculo à sociologia. Platão disse: não há ciência do que passa; a moderna teoria da evolução inverteu a proposição e redarguiu ousada: só há ciência do que passa, por que a história só se ocupa do que passa, e todas as ciências caminham para tornar-se preponderantemente históricas (Barreto, 1977:287).

Serpente que não devora serpente não vira dragão, eis a essência do fenômeno jurídico conforme Tobias Barreto. O direito tem sua origem na transformação da força

[...] que limitou-se, e continua a limitar-se no interesse da sociedade. Desta força conservada e desenvolvida, é que tudo tem-se produzido, inclusive o próprio direito, que em última análise não é um produto natural, mas um produto cultural, uma obra do homem mesmo (Barreto, 1977:287)

As Glosas heterodoxas a um dos motes do dia ou variações anti-sociológicas [1881] (1962) é um texto mais denso que a dissertação para o concurso e mais significativo para o debate que gravitava em torno dos limites do conhecimento sociológico nos termos darwinistas e positivistas. Ele tece críticas à ideia de transposição dos modelos de explicação e entendimento das ciências naturais para os fenômenos sociais. A sua reflexão estava endereçada a dois pilares do organicismo em voga. No primeiro instante refuta o determinismo que advogava a lei da causalidade e desprezava a volição nos assuntos sociais humanos e, em um segundo momento, vai de encontro às suposições de que os fenômenos sociais pudessem ser regidos pelo império inescapável das leis.

A partir daí, as críticas às perspectivas raciais ocorrem em torno do conceito de sociedade e de cultura. Era impossível explicar a sociedade a partir da analogia a organismos vivos ou acreditar que sua dinâmica fosse alimentada por mecanismos involuntários inscritos institivamente nos sujeitos. As anomalias da vida social, que são a verdadeira vida do homem, são transgredidas a partir de formas de seleção que purificam os homens. A seleção jurídica e as outras formas de seleção (estética, educativa, moral etc.) constituem processos gerais de depuração que caracteriza o grande progresso da cultura humana. A sociedade, como produto da cultura, é um sistema de forças que lutam contra a própria luta pela vida. Ela depura e retira o homem de sua condição animal. Logo, a seleção dos aptos e dos normais, não poderia ser feita a partir de algumas instituições sociais, como asilos

para mentecaptos, doentes e leis de socorro aos indígenas, como sugeria Gustave Le Bon. Advogava Tobias que a teoria que postula a normalidade da eliminação natural dos fracos diante dos fortes e dos enfermos frente aos sadios, acataria tranquilamente a ação do homem robusto e vigoroso, que em luta com o raquítico e inválido, chega a matá-lo.

Entregar os míseros à sua própria miséria, deixar que morram de fome os que não podem conquistar pelo trabalho os meios de subsistência, e deste modo correr para o depuramento da sociedade, se isto é seleção, seria mil vezes mais bárbara do que a velha seleção espartana; e como precisa de um nome, que a caracterize, pois que Esparta já não existe, bem pudera qualificar-se de seleção inglesa (Barreto, 1962:214).

Outro aspecto relevante desenvolvido por Tobias Barreto no que concerne a crítica a sociologia diz respeito ao fato da *crença* em uma disciplina denominada sociologia proceder do reconhecimento que as ciências naturais detinham. Afirma que os sociólogos, que em regra são espíritos tomados de admiração pelos progressos e conquistas das ciências naturais, entendem que nada há de mais fácil do que construir a sua sociologia, aplicando-lhe unicamente o método naturalístico, isto é, observando e induzindo. A ilusão é compreensível, mas não desculpável (Barreto, 1962:261).

A sua crítica neste momento do texto é dirigida a Paul VonLilinfeld (1828-1903), famoso sociólogo russo partidário e defensor do organicismo. Partindo do pressuposto, diz Tobias Barreto, de uma analogia real e positiva da sociedade com a natureza, como opina o sociólogo, a primeira confrontação a estabelecer entre os dois ramos da embriologia, deve ser nestes termos:

[...] assim como, nos estádios superiores da evolução embrionária do individuo, desaparece a cauda do primeiro período, assim também, nos estádios superiores da vida do embrião social, desaparece [...] o que? [...] Hic haeretaqua. O que, com efeito, corresponde à pequena cauda, ao rabinho do homem, e que em seguida acaba-se de todo? Ninguém sabe (Barreto, 1962:269).

Conforme Tobias Barreto:

A teoria é bonita demais, para ser verdadeira. Efetivamente: um menino de cinco anos, nascido em uma das nossas grandes cidades, que brinca sobre o tapete de nossos salões, não pode apresentar os mesmos sinais de rudeza mental, que apresenta a pobre criança, da mesma idade, filha do alto sertão, ainda meio “alali”, que mal começa a conhecer e distinguir seus pais. Iguale-los é um disparate, que repugna à observação e o bom senso (Barreto, 1962:270).

Demonstrando uma estratégica sensibilidade para contrariar o critério empírico naturalista presente nos estudos de Paul Lilienfeld, apresenta a dimensão cultural e social como relevante para pensarmos os homens em sociedade. Encerra o texto convidando-o para visitar o Brasil para constatar que o determinismo racial não vinga e que este país é um sintoma de que os preceitos inexoráveis da sociologia de então, que advogava o malogro das raças inferiores em seus climas tropicais,

encontram seus limites nas evidências aqui fornecidas. Segundo Tobias Barreto:

Quanto ao ponto relativo às raças, isso é apenas o efeito de uma outra mania do nosso tempo: a mania etnológica. Eu quisera que Lilienfeld viesse ao Brasil, para ver-se atrapalhado com a aplicação de sua teoria ao que se observa entre nós. As chamadas raças inferiores nem sempre ficam atrás. O filhinho do negro, ou do mulato, muitas vezes leva de vencida o seu coevo de puríssimo sangue ariano (Barreto, 1962: 270-271).

Apesar de sua crítica as teorias raciais e sociológicas, a sua inserção dentro de um contexto marcado pela dependência da anuência do Império para ocupar certas posições e aos entraves gerados pelas ambíguas imagens da miscigenação persistentes naqueles tempos, o debate direto e acirrado com a escravidão não foi um emblema na vida e no pensamento de Tobias Barreto. Ainda sim, nos poucos momentos que seus esforços intelectuais incidiram diretamente sobre o tema, aceitou a ideia de uma desigualdade natural entre os homens, ressaltando que o aparato cultural permitiria que toda essa dimensão supostamente natural fosse desfeita ou depurada.

Se alguém hoje ainda ousa repetir com Aristóteles que há homens nascidos para escravos, não vejo motivo de estranheza. Sim, é natural a existência da escravidão; há até espécies de formigas que são escravocratas; porém é cultural que a escravidão não exista [...] Do mesmo modo, é um resultado natural da luta pela vida que haja grandes e pequenos, fortes e fracos, ricos e pobres, em atitude hostil uns aos outros; o trabalho cultural consiste, porém, na harmonização dessas divergências, medindo a todos por uma só bitola [...] É natural que a mulher, por sua fraqueza, seja sempre uma escrava do homem; mas é cultural que ela mantenha-se em pé de igualdade, quando não lhe seja até superior. A ginococracia, que os poetas estão longe de admitir, exprimiria uma das mais altas vitórias ganhas pela cultura sobre a natureza (Barreto, 1962: 215-216).

A irredutibilidade entre Tobias Barreto e a Sociedade Brasileira dos novecentos

O apego à cultura germânica, cujas raízes remontam a uma índole social, ou seja, a possibilidade que emergia do espaço fornecido ao mestiço na sociedade brasileira, concorreu para que Tobias buscasse reflexões sobre a natureza dessa sociedade e da possibilidade de pensar o seu reconhecimento naquele contexto. Não incorporou o repertório positivista e racial, apenas no início de sua jornada intelectual, pois essa vereda inevitavelmente condenaria as conquistas que a sua singular biografia colheu no transcurso de um período marcado pelo silencioso orbe da escravidão. Assim, nos autores alemães encontrou a resposta paliativa para acalantar suas angústias ante um sistema social iníquo.

Talvez possamos auferir uma dose representativa de sua percepção sociológica e dos fatores que delimitaram e impulsionaram seu esforço intelectual, se observamos essa afirmação de Tobias Barreto: não sou bastante forte para fazer à minha imagem e semelhança a sociedade em que vivo; mas esta, por sua vez, não é também bastante forte para me levar em sua corrente. Daí uma eterna irredutibilidade entre nós” (Barreto, 1926, p.286).

A contribuição singular de Tobias Barreto à sociologia naquele momento esteve

vinculada à possibilidade de fornecer um status científico e filosófico a pressuposição que advogava que as razões dos males do Brasil não estavam inscritos nas dimensões humanas naturais e sim, na forma como a cultura possibilitava a seleção e estímulo dessas dimensões. Neste contexto, a educação passou a ser tida como elemento embrionário para pensar a sociedade brasileira e as possibilidades e/ou razões de seu malogro, uma vez que suas escolhas teóricas já não mais possibilitavam deduzir que a raça fosse um fator mais determinante ou mais importante que a cultura para o entendimento da sociedade e de sua configuração.

Bibliografia

- Barreto, Tobias (1962), *Estudos de sociologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- Barreto, Tobias (1977), *Estudos de Filosofia*. São Paulo: Grijalbo/Brasília, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- Barreto, Tobias (1990), *Tobias Barreto (1839-1889); Bibliografia e estudos críticos*. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro.
- Candido, Antonio (1960), “A Sociologia no Brasil” In: *Enciclopédia Delta Larousse*, Rio de Janeiro: Delta S.A: 2216-2232.
- Carvalho, José Murilo (1980), *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus.
- Chacon, Vamireh (1969), *Da Escola de Recife ao código civil: Artur Orlando e sua geração*. Rio de Janeiro: Organizações Simões editora.
- Chacon, Vamireh (1978), *O germanismo da Escola do Recife*. In: BARRETO, Tobias. Monografias em Alemão. Brasília, Editora Gráfica Alvorada: 12-23.
- Chacon, Vamireh (2008), *Formação das Ciências Sociais no Brasil (Da Escola do Recife ao código civil)*. Brasília: Paralelo 15; Brasília: LGE Editora; São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- Costa, EmiliaViotti (1999), *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Ferreira, Pinto (1969), *Panorama da sociologia Brasileira*. In: *Sociologia*. Pernambuco, Companhia Editora de Pernambuco: 259-309.
- Fontes, José Silvério Leite (2003), *O pensamento jurídico sergipano: o ciclo de Recife*. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira.
- Freire, Gilberto (2000), *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record. Vol. 2.
- Freire, Gilberto (2000a), *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Coleção Interpretes do Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro. Record. Vol. 2.
- Freire, Gilberto (1971), *Nós e a Europa Germânica: em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX*. Rio de Janeiro: Grifo Edições.
- Leite, Dante Moreira (2002), *O caráter nacional brasileiro: história de uma*

- ideologia*. São Paulo: Editora UNESP,.
- Mannheim, Karl (1963), *Ensayos sobre sociología e psicología social*. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica.
- Mannheim, Karl (1986), *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Mercadante, Paulo (1990), *O germanismo de Tobias Barreto*. In: *Tobias Barreto (1839-1889): Bibliografia e estudos críticos*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador: 60-65.
- Mannheim, Karl (2006), *Tobias Barreto: o feiticeiro da tribo*. Rio de Janeiro, UniverCidade Editora.
- Nogueira, Oracy (1978), *A sociologia no Brasil*. In: FERRI, G. M. & MOTOYAMA, S. (org.). *História das Ciências no Brasil*. vol. 3, São Paulo, EDUSP/EPU-CNPq: 181-234.
- Paim, Antônio (1966), *A filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro: Editora Saga.
- Paim, Antônio (1967), *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo.
- Paim, Antônio (1990), *A trajetória filosófica de Tobias Barreto*. In: *Tobias Barreto (1839-1889): Bibliografia e estudos críticos*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador. 50-59.
- Rabello, Sylvio (1967), *Itinerário de Sylvio Romero*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira.
- Romero, Silvio (2001), *O Brasil e outros estudos sociológicos*. Brasília; Senado Federal.
- Romero, Silvio (1953), *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio. V. 1.
- Reale, Miguel (1990), *Significado e importância do culturalismo de Tobias Barreto*. In: *Tobias Barreto (1839-1889): Bibliografia e estudos críticos*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador.
- Saldanha, Nelson (1997), *Romantismo, evolucionismo e sociologia: figuras do pensamento social do século XIX*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana.
- Saldanha, Nelson (1995), *A Escola do Recife*. São Paulo; Convívio.
- Schwarcz, Lilia Moritz (1993), *O espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo; Cia das Letras.
- Skidmore, Thomas (1976), *O preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Veiga, Gláucio (1989), *História das Ideias da Faculdade de Direito do Recife*. Recife, Artegraf. Vol VI.